

BRASIL: comportamento da taxa de desocupação e da renda do trabalho no período 2012-2019

Eixo Temático: GT 8 – Economia do Trabalho, Economia Solidária, Cooperativismo e Tecnologias Sociais

Leone Gomes-Silva¹;
Marcos A. Tavares Soares²;

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento do mercado de trabalho em diferentes fases do ciclo econômico, fases de expansão, estagnação e recessão. Serão analisadas as variáveis taxa de desocupação, renda média real do trabalho e tempo de procura por trabalho, consumo das famílias e do governo, taxa de investimento e Produto Interno Bruto (PIB). O período escolhido foi de 2012 a 2019. Para tanto fez-se uso da literatura pertinente ao tema e de dados estatísticos do IBGE, IPEADATA e Banco Central (BACEN). Com o estudo, constatou-se a queda da taxa de desocupação e elevação real da renda média do trabalho nas fases de expansão do produto, mas não se trata de qualquer crescimento econômico. Para que os indicadores do mercado de trabalho expressem melhora é necessário que a economia brasileira cresça por anos seguidos com taxa média em torno de 3% a.a. Com a investigação também se verificou: a) período de recessão ajusta para baixo a renda média do trabalho; b) períodos de baixo crescimento econômico como o registrado entre 2017 e 2019, antecedido por fase de recessão, não é capaz de reverter a taxa de desemprego para o mesmo patamar de período pré-crise.

Palavras-chave: demanda efetiva; taxa de desocupação; renda média real.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento do desemprego e da renda média do trabalho no período que vai de 2012 a 2019. A escolha desse período deve-se às mudanças ocorridas na PNAD/IBGE a partir de 2012 o que torna a comparação com anos anteriores limitada. Apesar disso, nesse estudo também foram utilizados dados referentes ao período 2005-2011 com o objetivo de compreender a dinâmica do capitalismo brasileiro e os seus impactos no mercado de trabalho, partindo do ciclo econômico anterior, isto é, 2005-2009.

Entende-se que nesses 15 (quinze) anos, 2005-2019, é possível extrair considerações importantes acerca da relação do crescimento econômico e da dinâmica do mercado de trabalho no que se refere, especialmente, neste trabalho a taxa de desocupação e renda média do trabalho. Com o estudo também é possível identificar que tipo de crescimento econômico o país precisa para melhorar os indicadores do mercado de trabalho.

A economia brasileira, compreendida no período 2005-2013, apesar da crise econômica mundial de 2008, é marcada por uma expressiva expansão do produto – quando comparada com as duas últimas décadas que o antecederam – que resultou em melhora dos indicadores do mercado de trabalho, especialmente na taxa de desocupação e renda média do trabalho.

No período seguinte, 2015-2016, ocorreu uma das maiores recessões já registrada para economia brasileira. Na fase seguinte, do novo ciclo – 2017-2019 – a economia se recupera de forma lenta, com baixas taxas de crescimento, as quais são incapazes de reverter a deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, ademais, também se observa a piora de modo geral dos indicadores sociais, como o aumento da pobreza e da fome.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais seis partes, incluindo as considerações finais. Primeiro, descreve-se a metodologia, na segunda seção, faz-se uma análise do quadro geral da economia e do mercado de trabalho, com destaque para a expansão da demanda efetiva e os seus impactos positivos na redução da desocupação e melhora da renda do trabalho. Na terceira seção, analisa-se especificamente os dados do rendimento médio real do trabalho nas diferentes fases do ciclo econômico 2012-2019, momento no qual se verifica os efeitos negativos da fase de recessão e baixa expansão do produto no mercado de trabalho. Na seção quarta, a investigação foca no tempo de procura por trabalho e a variação percentual. Na quinta seção, o estudo se debruça sobre as variações da taxa de desocupação nas diferentes fases do ciclo e também analisa as políticas e reformas que impactaram no mercado de trabalho. Por fim, tem-se as considerações finais.

¹ Estudante de Economia da UESB.

² Prof. de Economia da UESB. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade (NETPS/UESB).

2. Metodologia

A metodologia utilizada foi descritiva e explicativa, pois buscou-se discorrer sobre o objeto e seu movimento e também explicá-los com base nos dados estatísticos do IBGE, IPEADATA, BACEN, entre outros, como também fazendo uso da literatura pertinente do qual trata a temática. As variáveis que serão objeto deste trabalho são a taxa de desocupação, a renda média real do trabalho e tempo de procura por trabalho, consumo das famílias e do governo, taxa de investimento e Produto Interno Bruto (PIB). Optou-se por investigar o período que vai de 2012 a 2019 para captar os efeitos do crescimento econômico, da recessão e do baixo crescimento sobre o mercado de trabalho.

3. O Comportamento Da Taxa De Desemprego Nas Diferentes Fases Do Ciclo Econômico Do Período 2005-2019

Nesta seção serão apresentados dados gerais do período que vai de 2005 a 2019. Aqui, pode-se trabalhar com dois ciclos econômicos completos, ou três, se considerarmos que em 2017 inicia-se um novo ciclo. O primeiro que vai de 2005 até a recessão de 2009, a qual tem sua origem na crise mundial de 2008. O segundo ciclo se inicia em 2010 e vai até 2016 quando o PIB cai por dois anos seguidos.

Na fase de crescimento 2005-2008, registou-se no Brasil a expansão média do produto de 4,58% a. a. a qual só foi interrompido pela crise econômica de 2008, iniciada nos EUA e transmitida para economia mundial, cujos efeitos mais fortes só foram sentidos no Brasil em 2009.

Entre 2005 e 2009, a economia brasileira é marcada por políticas econômicas que buscavam o crescimento econômico com geração de emprego. Verifica-se a adoção da política de valorização do salário mínimo, expansão de políticas de transferência de renda, especialmente Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Nesses cinco anos (2005-2009), observa-se a expansão do consumo médio do governo na ordem de 2,44% a.a. e das famílias na ordem de 5,61% ao ano.

A taxa de investimento (FBKF/PIB) saltou de 16,6% em 2003 para 19,39% em 2008, com a média para o período um pouco maior que 18% (IPEADATA, 2022). Mesmo em 2009, ano em que a crise teve maior repercussão no Brasil, a taxa de investimento foi de 19,10% (IPEADATA, 2022). A manutenção da taxa de investimento nesse patamar deve-se à adoção de políticas anticíclicas adotadas pelo governo federal nos anos de 2008 e 2009. Desse modo, os último seis anos da primeira década dos anos 2000 é marcado pela expansão da demanda efetiva que só foi possível em função do papel ativo do governo central.

Os bons resultados alcançados na economia impactaram positivamente nos indicadores do mercado de trabalho com melhora na geração de emprego, queda na taxa de desocupação, redução do tempo de procura por trabalho e elevação real da renda média do trabalho.

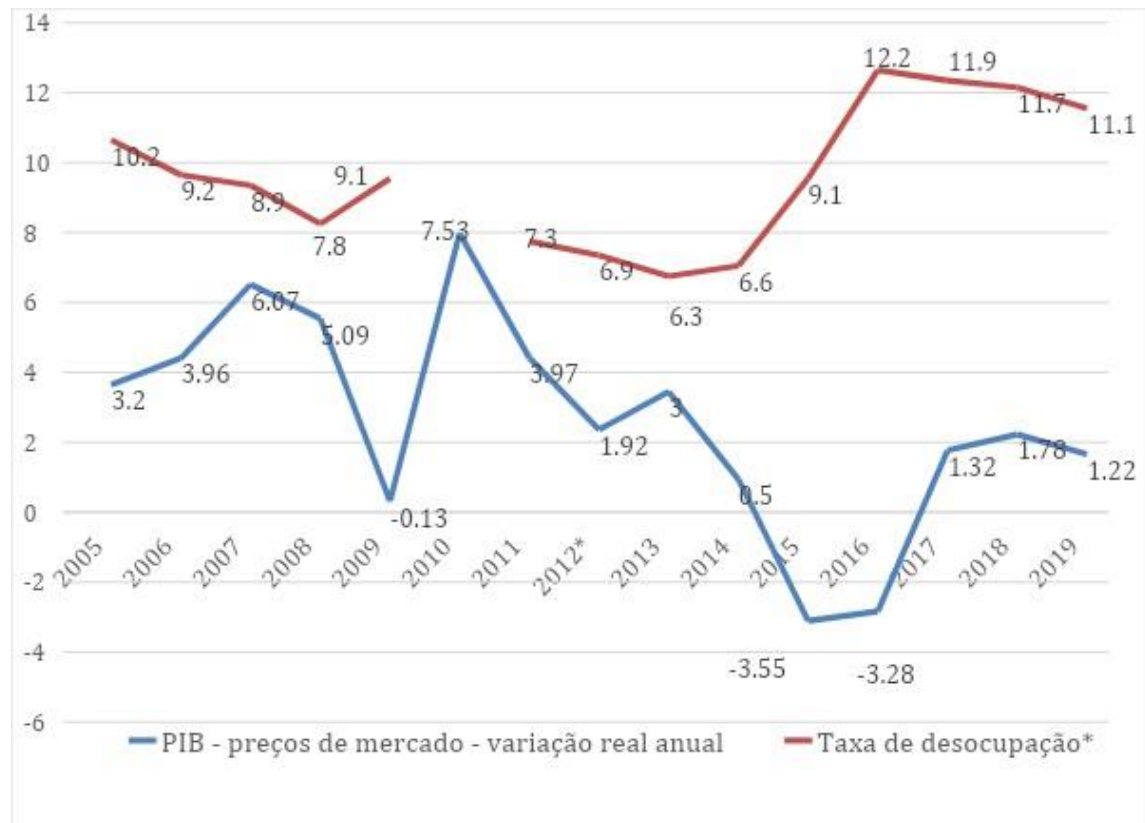
A redução da taxa de desemprego registrada no Brasil entre 2005 e 2013 resultam da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) que foi fortemente impulsionado pelo aumento continuado da demanda efetiva, como pode ser observado nos dados referentes ao consumo das famílias, do governo e a taxa de investimento.

A expansão do consumo das famílias entre 2005 e 2010 teve média de crescimento de 5,6% a.a. No período seguinte desacelera, entre 2011-2014, mas se mantém a taxa de expansão de 2,35% a.a. Considerando 2010 como o ano de início da fase de expansão do ciclo seguinte, a média de crescimento do PIB é de 3,38%.

O mesmo comportamento é observado para o consumo do governo que entre 2005-2010 apresentou variação anual média de 2,44%; e cai entre 2011 e 2014, variação anual média de 1,7% (IPEADATA, 2022). Apesar da desaceleração do consumo, sua variação ainda se dava a taxas significativas, o que permitiu a expansão do emprego formal e a redução da taxa de desemprego.

De acordo com o gráfico 1, verifica-se que a segunda década dos anos 2000 – o período que vai de 2011 a 2019 – é marcado pela desaceleração da economia entre os anos 2011-2014 e recessão entre os anos 2015 e 2016. A partir de 2017 até 2019, observa-se uma fraca recuperação econômica. Nesse período, os impactos da crise econômica e da ausência de políticas macroeconômicas promotoras da expansão do produto são sentidos no mercado de trabalho com a elevação da taxa de desocupação, especialmente a partir de 2015, ano do forte ajuste fiscal e das crises política e econômica.

Gráfico 1 - Brasil: variações do PIB e da desocupação - 2005-2019



Fonte: IPEADATA (2022).

Na seção seguinte será analisado o comportamento da renda média no período de desaceleração econômica e crise. A deterioração dos indicadores do mercado de trabalho aqui em análise só vai ocorrer principalmente a partir de 2015, com a conjunção das crises política e econômica, as quais se retroalimentavam e aprofundavam a crise no mercado de trabalho.

4. Comportamento Do Rendimento Médio Real Do Trabalho E Da Taxa De Desocupação No Período 2012-2019, Fases De Desaceleração, Recessão e Recuperação

O período 2012-2019 é marcado pela desaceleração do PIB, recessão e por um novo ciclo que se inicia com baixo crescimento econômico. Na fase de desaceleração da economia, os dados do mercado de trabalho permanecem positivos, mas a partir da recessão de 2015 os dados se deterioraram de forma rápida e profunda. Já a recuperação que se registra a partir de 2017 se dá de forma lenta e com baixa intensidade.

O Produto Interno Bruto (PIB) do ano de 2012 teve expansão de 1,92%, contra uma expansão de 7,53% em 2010, e 3,97% em 2011 (IPEADATA, 2022), conforme tabela 1. O rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos – para o 4º trimestre de 2012 – foi de R\$ 2.451,00, como se nota ao consultar a Tabela 2.

Assim, o ciclo expansivo iniciado em 2010 já dava sinais de exaustão em 2012, contudo volta a ter novo impulso em 2013 com a variação do PIB em 3%. Importa destacar que o ano de 2012 se encontra no centro do primeiro mandato do governo Dilma, marcado por uma desaceleração econômica, em que pese a manutenção do modelo desenvolvimentista.

Tabela 1 - Brasil: taxa de variação do PIB em %, 2012-2019.

Ano	PIB %
2010	7,53
2011	3,97
2012	1,92
2013	3,0
2014	0,5
2015	-3,5
2016	-3,3
2017	1,3
2018	1,8
2019	1,2

Fonte: IPEADATA (2022)

Apesar da desaceleração da economia entre 2011-2014, o rendimento real médio do trabalho principal crescia, mesmo que a taxas decrescentes (tabela 2). A esse resultado pode-se atribuir a baixa taxa de desocupação e as expectativas dos empresários de que a economia seguiria seu curso de expansão observado nos últimos 13 anos. Vale destacar que mesmo com a economia estagnada em 2014, a renda média real do trabalho ainda cresceu e a taxa de desocupação se manteve abaixo da registrada para o ano de 2012, ano este que o PIB cresceu 1,92%.

Nos anos de 2015 e 2016, marcados pela forte recessão, observa-se o ajuste do valor da força de trabalho para baixo, dado este que mostra a funcionalidade da adoção de políticas recessivas, como as adotadas no primeiro ano do segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, em 2015, com o então ministro da Fazenda Joaquim Levy.

Nos anos 2017, 2018 e 2019, marcados por baixo crescimento econômico e com resultados pífios para o mercado de trabalho com a taxa de desocupação se mantendo na casa

dos dois dígitos e a renda média real ainda levemente abaixo da registrada para o ano de estagnação econômica, 2014. Assim, pode-se considerar que entre 2015 e 2019 o mercado de trabalho entrou em crise e não conseguiu se recuperar até 2019, tabela 2.

Tabela 2 – Brasil: taxa de desocupação, variação da renda média e rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais), 2012-2019.

Trimestre	Rendimento real médio em R\$	Var. da renda média real em %	Taxa de desocupação em %
4º trimestre 2012	2.451,00		6,9
4º trimestre 2013	2.539,00	3,59	6,3
4º trimestre 2014	2.586,00	1,85	6,6
4º trimestre 2015	2.506,00	-3,09	9,1
4º trimestre 2016	2.518,00	0,48	12,2
4º trimestre 2017	2.544,00	1,03	11,9
4º trimestre 2018	2.579,00	1,38	11,7
4º trimestre 2019	2.585,00	0,23	11,1

Fonte: IBGE/PNADC trimestral (2022).

Os dados revelam a importância do país se desenvolver com taxas de crescimento continuado acima dos 3% ao ano e que a política de expansão do produto esteja associada com outras políticas de geração de emprego de modo a promover taxas de desemprego baixas. Desse modo, cria-se um ambiente econômico que permite uma melhor distribuição de renda entre os agentes econômicos

5. Situação Dos Desocupados Quanto ao Tempo De Procura Por Trabalho

Nesta seção será feita uma avaliação do percentual de desocupados que buscaram emprego no último ano ou no último mês, na data de referência. Cabe salientar, para que não gere falsa interpretação pelo leitor, que não se trata da abordagem da taxa de desocupação, mas da situação entre os desocupados com relação ao tempo de busca de trabalho.

O que será abordado nos parágrafos seguintes é uma distribuição percentual das pessoas desocupadas por tempo de procura de trabalho na semana de referência. Do total de possibilidades exibidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi feito um

recorte dos períodos que são mais relevantes para este trabalho, de modo que, por esse motivo, o somatório dos percentuais não chegam a 100%, tal qual na tabela completa disposta na base de dados do IBGE. Aqui, avaliamos o percentual de desocupados que buscaram emprego nos últimos 30 dias, bem como, o percentual daqueles que buscaram trabalho no último ano - na data de referência.

Nesse sentido, conforme está explicitado na tabela 3, no 4º trimestre de 2012, do total de desocupados, 12,7% das pessoas de 14 anos ou mais de idade, estavam desocupadas na semana de referência, por tempo de procura de trabalho e buscaram emprego nos últimos 30 dias, enquanto aqueles que buscaram trabalho em até um ano da data de referência representavam 54,1%. Importante notar que este último percentual será o segundo maior da série em tela, ficando atrás apenas do ano de 2014.

Em 2013, no mesmo período em tela, houve uma modificação da composição da desocupação nos moldes aqui tratados, em que aqueles que estavam desocupados na semana de referência nos últimos 30 dias passaram a representar 13,5% do total, enquanto se reduziu o percentual daqueles que buscaram trabalho no ano de referência, passando a representar 52%.

O aumento daqueles que procuraram emprego nos últimos 30 dias e a redução, daqueles que procuraram dentro do ano de referência pode ser um reflexo da melhora de perspectiva da economia que apresentou sinais positivos no PIB ao longo dos trimestres de 2013, quando comparado a 2012, perfazendo R\$ 1,41 trilhões no 4º trimestre, em consonância, o rendimento médio também aumentou, passando a R\$ 2.539,00 no semestre abordado. A economia em 2013 chegou a crescer 3% enquanto no ano de 2012, o crescimento havia sido de apenas 1,92% (IPEADATA, 2022).

Tabela 3 - Brasil: Distribuição dos desocupados em percentual, pessoas de 14 anos ou mais de idade, por tempo de desocupação na semana de referência (%).

Trimestre	Menos de 1 mês	De 1 mês a menos de 1 ano
4º trimestre 2012	12,7	54,1
4º trimestre 2013	13,5	52
4º trimestre 2014	11,9	54,6
4º trimestre 2015	10,6	52,7

4º trimestre 2016	10,5	51
4º trimestre 2017	12,4	47
4º trimestre 2018	14,9	44,3
4º trimestre 2019	16	45

Fonte: IBGE – PNADC trimestral (2022).

No 4º trimestre de 2014, todavia, o percentual dos desocupados que procuraram emprego nos últimos 30 dias voltou a cair, passando a representar 11,9%, por sua vez, o percentual daqueles que buscaram emprego no último ano voltou a subir, passando a refletir uma parcela de 54,6%. Importante ressaltar que nesse período a economia já apresentava sinais de declínio e muito embora o PIB nominal do 4º trimestre tenha sido de R\$ 1,5 trilhões, o PIB do ano de 2014 cresceu apenas 0,5% com relação ao ano anterior, ou seja, praticamente sem variação, o que para uma economia em desenvolvimento como a brasileira, pode indicar dificuldades de sustentação de taxas maiores de crescimento nos anos subsequentes (IPEADATA, 2022).

Entretanto, o rendimento médio real aumentou no 4º semestre de 2014, passando a R\$ 2.586,00. Embora não seja cabível explicar com precisão, sobretudo pela elevação da inflação ocorrida no período, é possível que o desempenho econômico no período anterior tenha positivado as expectativas dos investidores, os quais seguiram ampliando a capacidade produtiva com a aquisição de mais mão de obra e com maiores qualificações, em que pese a baixa efetividade produtiva no ano de 2014. Segundo Nicolau, "quando as expectativas acerca do futuro são melhores os investidores esperam retornos melhores e ficam mais propensos a investir" (2015, p.14) e esta pode ter sido uma razão para a ampliação do rendimento médio.

A partir de 2015, auge das crises política e econômica no Brasil, a taxa de desocupação percorreu uma trajetória similar, sobretudo na taxa de desocupação daqueles que buscam emprego há pelo menos um ano. A taxa de desocupação pelos que buscaram emprego no último mês apresentou uma tendência de estabilização para os 4º trimestres de 2015 e 2016, 10,6% e 10,5%, respectivamente. Todavia, nos anos seguintes, os 4º trimestres registraram percentuais reiteradamente elevados, o qual perfaz 16% em 2019 (PNAD/IBGE, 2022).

O percentual de desocupados que procuraram emprego no último ano, para os 4º trimestres, seguiu reduzindo sucessivamente em 2015 e 2016, 52,7% e 51%, respectivamente (tabela 3), em que pese 2015 ter registrado taxa de crescimento do PIB negativa da ordem de -

3,5%, o mesmo ocorrendo em 2016 com queda do PIB de -3,3% (tabela 1). Tais reduções se expressam na falta de perspectiva do trabalhador em uma economia que patinava em meio a deflagração da uma crise política e a consequente piora do cenário de investimentos no país, o que levou a transferir esses percentuais para aqueles que procuraram emprego a mais de um ano. É nessa perspectiva que Barbosa, entende:

O ano de 2014 como o início da crise do mercado de trabalho, sustentada pelo aumento explosivo do desemprego e a interrupção da geração de empregos formais, enquanto que o ano de 2015 é marcado pelo crescimento defasado na quantidade de desalentados, o que reflete o abandono de parte da população na busca por emprego (Apud (BAETA; GOMES; SABOIA apud BARBOSA, 2020, p. 5).

Nos anos de 2017, 2018 e 2019, em face da já baixa expectativa da classe trabalhadora, as reformas implantadas pelo governo Temer a partir de 2016, sobretudo a reforma trabalhista, instaurou maior insegurança nos regimes de trabalho e aumento da flexibilidade da mão de obra, ou seja, o trabalhador pode ser, por exemplo, demitido mais facilmente, o que contribui para a alta rotatividade do mercado de trabalho e se reflete em uma alta taxa de desemprego. Portanto, é possível que a precarização das relações trabalhistas, consubstanciadas em lei, tenha modificado estruturalmente a disponibilidade de mão de obra, importando em uma taxa de desemprego persistentemente mais alta no longo prazo.

Vale ressaltar que nesse período, além da reforma em destaque, uma das principais marcas do governo foi a implementação de uma restrição dos gastos públicos, seguindo uma perspectiva de enxugamento da participação estatal na economia, ocorre que tal instrumento retira uma das principais funções do Estado, qual seja, promover um ambiente socialmente equilibrado e gerar bem estar aos membros que o compõe. Este objetivo só pode ser alcançado se o Estado for capaz de estimular os agentes econômicos a esse fim. Colombo e Krein, ao avaliar o período em debate, chamam a atenção para o duplo efeito negativo dessas duas políticas sobre o trabalhador brasileiro, segundo eles:

Enquanto a restrição dos gastos governamentais impõe cortes sociais, a reforma trabalhista potencializa o ajustamento da força de trabalho às necessidades do empregador, precarizando as relações de trabalho e transferindo para os trabalhadores os riscos implícitos à sua empregabilidade (2019, p. 8).

Assim, no período 2015-2019 ocorreu uma conjunção de políticas e contrarreformas que agravaram a situação dos trabalhadores no mercado de trabalho com a perda de direitos e

fechamentos de postos de trabalho. O tempo de procura de trabalho (Tabela 2), revela inicialmente, que a crise faz com que as pessoas deixem de procurar emprego em função, possivelmente, das baixas expectativas em obter sucesso. Como pode ser observado na tabela 3, o percentual de pessoas que procuraram emprego nos últimos 12 meses, é menor nos anos de crise e baixo crescimento do que nos anos de expansão da economia.

6. O Comportamento Da Taxa De Desocupação nas Fases De Crescimento E Estagnação Econômica

Como se observa, nos anos de 2012 e 2013, em que houve crescimento econômico, a taxa de desocupação apresentou tendência de queda, passando de 6,9% naquele ano, para 6,3% neste (tabela 2). Importa destacar que ao longo do ano de 2012 houve uma redução da taxa básica de juros da economia, o que propiciou uma melhora dos investimentos no ano seguinte com ampliação da absorção de mão de obra.

Vale destacar que no período, o cenário internacional não era tão positivo, diante de uma desaceleração da economia mundial, como a ocorrida nas economias chinesa e a indiana, ademais, no Brasil o consumo das famílias e do governo desacelerava. Nesse contexto, o governo Dilma atuou promovendo incentivos ao investimento privado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com desoneração da folha de pagamento patronal, seguindo a lógica de que a redução dos custos do trabalho, permitiria uma manutenção dos postos de trabalho. Para Carleal (2015), essas medidas, na verdade, podem ter gerado problemas econômicos, como ampliação da lucratividade sem ampliação do emprego, o que implica, em verdade, em uma maior concentração da renda. Nas observações dela:

Os objetivos explícitos eram ampliar a geração de empregos ou evitar o desemprego e, ainda, melhorar a competitividade das empresas estimulando-as a investir mais. Essa expectativa não se cumpriu e é provável que essa medida tenha simplesmente ampliado a margem de lucros das empresas. O governo esperava que a redução do custo do trabalho estimulasse a criação de emprego, quando é sabido que a demanda por trabalhadores depende do comportamento do mercado de bens, o que por sua vez depende da expectativa de lucratividade do empresário, ambas em queda (CARLEAL, 2015, p. 207).

Tais circunstâncias, somada a elevação da taxa de juros, todavia, ao longo do ano de 2013, explica a rápida contração da economia no ano de 2014, com estagnação do crescimento, o qual resultou positivo em 0,5% (IPEADATA, 2022), em valores correntes, refletindo na reversão da tendência de queda da taxa de desocupação, a qual passou a imprimir 6,6% de desocupados (Tabela 2). Ao cenário econômico imposto pela exaustão do modelo adotado

desde 2005, se somam outros fatores internos, tais quais a crise política que se instalava gradativamente no país naquele momento, em meio a aproximação das eleições no último trimestre do ano.

Em 2015 e 2016, tendo como base o 4º trimestre de cada ano, a taxa de desocupação cresceu assustadoramente. No ano de 2015, a taxa de desocupação do 4º trimestre chegou a se elevar em mais de 2 pontos percentuais, chegando a 9,1%, como consta na tabela 2. No ano seguinte, em 2016, o aumento chegou a superar os 3 pontos percentuais, com relação ao mesmo período de 2015, refletindo uma taxa de desocupação de 12,2%. Aqui, ressalta-se o desempenho negativo da economia brasileira, a qual, como consta no gráfico 1, teve uma queda no produto interno de -3,5% e -3,3%, respectivamente em 2015 e 2016.

Nesse período, o que se observa é uma mudança profunda de política do governo Dilma, a qual havia se sustentado, nos anos anteriores, em uma política fiscal levemente expansionista, a qual, a partir de 2015 começou a atuar no sentido contrário. Na visão de Dweck e Teixeira, entretanto, "do ponto de vista do crescimento dos gastos fundamentais para um modelo de crescimento impulsionado pela demanda, não houve grandes inflexões ou guinadas no governo Dilma com relação ao governo Lula" (2017, p. 34). Mas, todavia, como observa Chernavsky, Dweck e Teixeira,

Após se manter durante o primeiro mandato de Dilma, contudo, a proteção aos investimentos e ao seu uso como política anticíclica não se verificou no ajuste de 2015, quando os gastos do PAC, como os relativos aos investimentos públicos de modo geral, caíram fortemente. Se a queda dos investimentos se verificou apenas a partir de 2015, entretanto, é certo que o ritmo de expansão que havia prevalecido entre 2007 e 2010 não voltou a se registrar nos anos que se seguiram ao ajuste de 2011. Mais que por uma eventual tentativa deliberada de reduzir esses investimentos e substituí-los pelo investimento privado (2020, p.821).

A partir de 2017, com o governo já sob o comando de Michel Temer (2016-2018), a taxa de desocupação se manteve alta, estabilizando-se acima dos 11% em 2018. Nesse mesmo período a economia cresceu a taxas medíocres, enquanto o governo traçava o seu plano para recuperação do emprego, qual seja, o esfacelamento da estabilização das relações de emprego, com as diversas flexibilizações trazidas pela contrarreforma trabalhista. Como resultado, oposto ao êxito, o país assistiu a informalidade dominar o mercado de trabalho, queda da renda média real do trabalho, bem como a robustez da precarização das relações trabalhistas e das condições de vida do trabalhador.

Dentro dessa perspectiva que colocam a reforma trabalhista como fruto de dois objetivos, um verdadeiro e outro aparente (SEVERO; MAIOR Apud CARVALHO; FEITOSA, 2022, p. 13):

A reforma possui dois objetivos: um declarado e outro real. Quanto ao objetivo declarado, a reforma foi supostamente para eliminar a insegurança jurídica, gerar empregos e autorizar a flexibilização como forma de melhorar a vida dos trabalhadores, modernizar a legislação, acompanhando a evolução tecnológica, dentre outros. Quanto aos objetivos reais, estaria o fito exclusivo de fragilizar a classe trabalhadora e sua representação sindical, retirar direitos trabalhistas e limitar o acesso ao judiciário trabalhista.

Assim, portanto, nos três anos em avaliação esteve em vigor uma política alinhada com o pensamento neoliberal de que era necessário cortar gastos, reduzindo a participação do Estado e fomentando a desregulamentação das relações de trabalho. Desse modo, abria-se o caminho para que a força de trabalho perdesse a peculiaridade que a diferencia dos demais fatores de produção, que é a sua humanidade

7. Considerações Finais

Com a investigação foi possível observar que os dados do mercado de trabalho apresentam melhora quando se tem crescimento econômico em anos seguidos e a taxa média anual em torno de pelo menos 3%. A partir desse patamar de expansão do produto registra-se melhoras nas variáveis renda do trabalho principal e taxa de desocupação.

Nos anos de maior crescimento é notória a maior participação do governo federal estimulando o investimento público e privado, adotando e/ou intensificando políticas distributivas que visam fazer justiça social e também promovem expansão do consumo. Essas intervenções do governo federal na economia acabam propiciando um ambiente favorável para maiores investimentos e expansão do emprego e da renda. Assim, a economia entra num círculo virtuoso como pode ser observado no período 2005-2013.

Quando se olha o ano de 2014, ano em que a economia estagnou, e, já dava sinais de uma possível recessão futura, ainda assim o mercado de trabalho mantinha indicadores positivos com baixa taxa de desocupação e elevação da renda real média do trabalho. Esses dados apontam para expectativas favoráveis para o futuro com base no sucesso das políticas adotadas nos anos anteriores, contudo, o governo federal promoveu no início de 2015 uma política de ajuste fiscal e liberação dos preços administrados que desestabilizou a economia e rompeu com o padrão de desenvolvimento adotado até 2013, baseado na expansão do

investimento público e privado, na distribuição de renda, expansão do crédito, estímulos a geração de emprego, etc.

Em 2015 o governo federal tinha vários caminhos para seguir, um deles era turbinar o modelo que proporcionou expansão do produto e que melhorou os indicadores econômicos – relação dívida/PIB, taxa de investimento, arrecadação, o caixa da previdência social, taxa de inflação, divisas internacionais, etc - e sociais com a redução da pobreza, elevação da renda média real do trabalho, redução da desocupação e da informalidade. Contudo, o governo optou por políticas cíclicas e contracionista já testadas e cujos resultados são indesejáveis.

Com a recessão de 2015 e 2016 os dados do mercado de trabalho se deterioraram e até setembro de 2022 não se recuperaram. É certo que deve-se considerar a pandemia da COVID-19 no ano de 2020 e parte de 2021. Entretanto, se o ponto de corte for 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, ano este que não se tinha a pandemia, os dados para o mercado de trabalho são muito ruins. Essa deterioração é reflexo do abandono da política de valorização do salário mínimo, das políticas de crescimento econômico com geração de emprego, da adoção das políticas de corte de gastos sociais com a saúde, a educação, a previdência, a assistência social, como também é fruto do baixo investimento registrado.

Mesmo com a expansão do produto registrada entre os anos 2017-2019, este se mostrou insuficiente para dinamizar o mercado de trabalho e reduzir a taxa de desocupação e fazer crescer a renda real do trabalho para além do patamar alcançado em 2014.

Quando se examina os dados de tempo em que as pessoas se encontram sem ocupação, verifica-se que nos anos da recessão, 2015 e 2016, caiu o percentual de quem procurava emprego a menos de um mês e também daqueles que procuravam emprego de um mês a menos de um ano. Com isso, o estoque dos desocupados se amplia para aqueles que a mais de um ano estão desocupados e não encontram trabalho. Ocorre que se estas pessoas passassem a procurar trabalho, a taxa de desocupação explodiria. Desse modo, os dados só confirmam a situação deteriorada do mercado de trabalho brasileiro resultante das políticas econômicas adotadas a partir de 2015.

Desse modo, constata-se que não é qualquer taxa de crescimento econômico que é capaz de melhorar os indicadores sociais. O Brasil precisa operar com taxas mais expressivas de crescimento econômico se quiser gerar postos de trabalho suficientes para a força de trabalho disponível e reduzir a desocupação e a precarização do mercado de trabalho.

8. Referências

BAETA, Fernanda; GOMES, Gustavo e SABOIA, João. **Desalentados no Brasil— Caracterização e Evolução no Período 2014/2019**. Rio de Janeiro. Dissertação apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

CARLEIAL, Liana Maria Da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, v. 29, p. 201-214, São Paulo, 2015.

CARVALHO, Leandro de Andrade; FEITOSA, Cid Olival. A desconstrução das garantias em segurança e saúde do trabalho com a Reforma Trabalhista de 2017. **Laborare**, v. 5, n. 8, p. 6-29, Campo Grande, MS, 2022.

CHERNAVSKY, Emilio; DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Economia e Sociedade**, v. 29, p. 811-834, Campinas, SP, 2020.

COLOMBI, Ana Paula Fregnani; KREIN, José Dari. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educação & Sociedade**, v. 40, Campinas, SP, 2019.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Campinas: IE/Unicamp. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php>, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. Vários anos. 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21.09.2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Anuais**. Vários anos. 2022. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20.09.2022.

IPEADATA, 2022. **Contas Nacionais**. Vários anos. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 20.09.22.

NICOLAU, Luis Fernando Rodrigues. Contradições da nova matriz econômica do governo Dilma: porque a redução de juros não estimulou a taxa de investimento? **Monografia**, Insper, São Paulo, 2015.